



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, de 2022

(Do Sr. Francisco Jr)

Cria o Programa de Incentivo de Retorno ao Mercado de Trabalho

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei cria o Programa de Incentivo de Retorno ao Mercado de Trabalho destinado a facilitar, incentivar e garantir o retorno gradual ao mercado de trabalho de mulheres que se afastaram de suas atividades laborais remuneradas para se dedicarem à maternidade.

Art. 2º Fica garantido à empregada que se afastou de suas atividades laborais remuneradas e que está interessada em retornar ao mercado de trabalho, o ingresso no Programa de Incentivo de Retorno ao Mercado de Trabalho, conforme regulamento.

§ 1º A empregada que ingressar no Programa de Incentivo de Retorno ao Mercado de Trabalho terá direito a um período de adaptação de seis a doze meses para readaptação da rotina, conforme as demandas com a prole, bem como para readaptação das funções laborativas.

§ 2º Durante o período de adaptação a empregada fará jus a uma remuneração compatível com o nível de experiência e de acordo com os valores praticados no mercado de trabalho, bem como a treinamento ofertado por seu empregador ou por parceiros deste, conforme o caso.

Art. 3º Os empregadores que aderirem ao Programa de Incentivo de Retorno ao Mercado de Trabalho e contratarem empregadas que tenham ingressado no Programa terão direito a dedução do Imposto sobre a renda das Pessoas Jurídicas do valor total da remuneração paga à empregada contratada nesses moldes, conforme regulamento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único. As pessoas jurídicas que aderirem ao Programa de Incentivo de Retorno ao Mercado de Trabalho deverão oferecer horário especial para amamentação.

Art. 4º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal que acompanhar o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, bem como fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à referida renúncia.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Construir um ambiente que favoreça o exercício pleno da parentalidade significa cuidar de nossas crianças, das pessoas e da sociedade como um todo. O intervalo desde a gestação até os dois primeiros anos de uma criança é um período decisivo, que pode mudar radicalmente o destino da criança, não apenas em termos biológicos (crescimento e desenvolvimento), mas também em questões intelectuais e sociais.

Criar um programa que permita as mulheres optarem por se afastar temporariamente do mercado de trabalho, com a certeza de que terão um retorno mais acolhedor, favorece a construção da sociedade como um todo. O objetivo do Programa de Incentivo de Retorno ao Mercado de Trabalho é tornar mais fácil este retorno, criando um ambiente menos hostil e mais apropriado a receber esta profissional, inclusive valorizando suas habilidades desenvolvidas nesta etapa da vida.

A proposição apresentada garante à empregada que se afastou de sua carreira e que está interessada em retornar ao mercado de trabalho, o ingresso no Programa, onde terá um período de adaptação de seis a doze meses para readaptação organizacional, tecnológica e para retomada do relacionamento interpessoal. Além disso, a empregada ainda terá direito a uma remuneração





CÂMARA DOS DEPUTADOS

compatível com o nível de experiência e mercado de trabalho, horário especial para amamentação, além de treinamento para se familiarizar com a cultura e o ritmo do ambiente atual de trabalho.

Em contrapartida, se aderir ao Programa de Incentivo de Retorno ao Mercado de Trabalho e oferecer vagas para contratação dessas trabalhadoras, o projeto de lei estabelece que o empregador terá possibilidade de obter dedução integral do imposto de renda referente ao total investido na remuneração dessas profissionais.

Pretende-se com a proposta fomentar o desenvolvimento de competências técnicas e emocionais da funcionária, no próprio ambiente de trabalho, incentivando os empregadores que aderirem ao Programa a terem uma nova visão corporativa, com mudanças comportamentais reconhecendo as diferenças e promovendo uma cultura inclusiva às mulheres que retornam às atividades laborativas depois de um afastamento pessoal, pois é possível sim que se crie um ambiente onde se possa efetivamente conciliar a vida profissional às diferentes etapas e necessidades da vida, sem precisar renunciar à carreira.

Embora outras medidas já existam que de igual modo visam inserir e manter as mulheres no mercado de trabalho, é importante sempre avançarmos na implementação de mais medidas e no incentivo aos empregadores para que isso se consolide. Assim, diante de todo o exposto e constatada a enorme relevância da proposta, é que contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado FRANCISCO JR
PSD/GO

